

Manifestação em SP contra trabalho escravo

O **Sindicato dos Comerciários de São Paulo** com o apoio da **União Geral dos Trabalhadores (UGT)** e da **Confederação Sindical das Américas (CSA)** fez manifestação na Rua Oscar Freire, onde estão concentradas lojas de grifes famosas, para protestar contra a exploração de trabalhadores bolivianos e de outras nacionalidades da América do Sul que são submetidos a condições insalubres e desumanas em confecções no interior de São Paulo.

Os manifestantes chamaram a atenção para as marcas Zara, Ecko, Gregory, Billabong, Brooksfield, Cobra d'água e Tyrol, que segundo a Procuradoria Regional do Trabalho em Campinas vendem peças produzidas em condições semelhantes às de escravidão.



"Queremos conscientizar os comerciários das lojas e os consumidores, porque muitas vezes eles pagam dez vezes mais do que o valor inicial da mercadoria e não sabem que esse produto está maculado com trabalho escravo ou mão de obra infantil. Essa atividade que desenvolvemos aqui na Oscar Freire é exatamente para que todos nós estejamos conscientes de que não podemos mais permitir que, em um país que está se tornando cada vez mais rico, o povo além de ser pobre tenha esse tratamento", disse o **presidente do sindicato dos Comerciários, Ricardo Patah**.

O coordenador político da CSA, Ivan Gonzalez, disse que a luta contra as condições indecentes de trabalho na indústria da moda faz parte de uma luta mais ampla compartilhada por todo o movimento sindical internacional: a luta pelo trabalho decente. "Na semana passada nós estávamos no estádio do Maracanã com os trabalhadores em greve por mais segurança e melhores salários", disse ele aos manifestantes. "Sua luta e a luta deles têm os mesmos objetivos."

O presidente do Instituto de Cultura e Justiça da América Latina e Caribe, **René Cesar Camargo**, disse que a situação da comunidade boliviana está muito ruim porque as oficinas e lojas de roupas de grande porte estão explorando os trabalhadores, passando da terceirização para um regime semelhante ao da escravidão, com jornadas que chegam a 16 horas diárias. "As lojas se preocupam em lucrar e não com as pessoas. Os trabalhadores não recebem por salário e sim por produção, por peça. Só que o valor é baixo, varia de R\$ 1 a R\$ 2, enquanto as lojas vendem uma peça por R\$ 100. As lojas pedem às oficinas que façam 300, 400 peças por semana". >>>>

Manifestação em SP contra trabalho escravo (cont.)

>>> O modelista boliviano **Horácio Jorge** contou que chegou ao Brasil há dez anos e permaneceu três anos trabalhando nessas condições. Ele disse que o ambiente de trabalho é degradante e normalmente é o mesmo da moradia. Famílias inteiras são colocadas em habitações minúsculas. A alimentação é fornecida pelo empregador, mas descontada do salário, assim como o aluguel. Segundo ele, não há uma norma padronizada para o sistema de trabalho e cada oficina tem a sua maneira de agir.

“O que para os brasileiros significa um sonho, ir para os Estados Unidos trabalhar, para nós é igual, nós temos o sonho brasileiro. Nós chegamos ao Brasil para trabalhar e ganhar dinheiro para mandar para nossas famílias em outros países. Mesmo nessas condições, quando trocamos a moeda, a quantia é boa, pois não há muito trabalho em meu país, assim como no Paraguai e no Uruguai”, disse Jorge.

Algumas empresas recrutam trabalhadores em países vizinhos, ou procuram um estrangeiro para fazer o aliciamento. Jorge disse que normalmente os estrangeiros não sabem que encontrarão as condições precárias a que serão submetidos. “Eles são iludidos antes de vir. Todos podem sair dessa situação, mas a realidade é difícil de mudar, porque há muitas pessoas que trabalham assim. Com essa manifestação conseguimos mostrar o que há por trás dessas grandes grifes, mas para mudar vai demorar. As pessoas têm medo de denunciar porque essa é a única fonte de trabalho.” (*Agência Brasil, 26.08.2011*)

Denúncia de trabalho escravo em multinacionais da moda

O sindicato questiona as condições de insalubridade em que foram flagrados os trabalhadores que produzem peças depois comercializadas por grandes varejistas da moda, como **Zara, Gregory, Brookfield, Billabong, Tyrol, Ecko e Cobra d'Água**. A entidade aponta a existência de locais insalubres, com iluminação precária, sem ventilação, segurança e higiene, além de a alimentação ser realizada em péssimas condições. Em muitos casos, esse local inadequado de trabalho também serve de moradia.

Patah destaca que muitos desses trabalhadores não recebem salário. “Em geral, são bolivianos e paraguaios, que recebem de R\$ 1 a R\$ 2 por produção, trabalham 12 horas por dia, para que essas peças sejam vendidas pelas lojas por valores 100 vezes maior. Não somos contra o lucro, mas essas roupas estão maculadas pelo sangue e suor desses trabalhadores. É um absurdo isso acontecer na maior cidade da América Latina. Do mesmo jeito que não gostamos quando brasileiros sofrem problemas em países como Espanha ou Portugal, não podemos aceitar que aconteça esse tipo de coisa com nossos irmãos sul-americanos.”

O sindicato prevê ainda outras ações. Na terça-feira (30), fará panfletagem no Shopping Ibirapuera (zona sul), onde se concentra um grande número dessas marcas que entraram na mira do MTE. “No dia 31, também teremos uma reunião para tratar de cláusulas sobre trabalho escravo e infantil que entrarão na coletiva, de forma a tentarmos diminuir a vulnerabilidade desses grupos. Além disso, nossos militantes estão fazendo denúncias de locais onde há indícios dessa situação [trabalho irregular]”, diz o presidente da entidade.

De acordo com **Patah**, uma das metas dos comerciários é conseguir acordos como o que foi fechado recentemente com 2.500 profissionais que trabalham nas obras do estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, batizado de “Jogo Limpo”, para a categoria em todo o Brasil.

Entre outras coisas, a UGT conseguiu ampliar as condições de segurança, com perícias periódicas dos sindicatos e de empreiteiros para diminuir os riscos de acidente de trabalho, aumentar o valor da cesta básica (de R\$ 100 para R\$ 160), garantir estabilidade de emprego para a comissão que negociou os benefícios, igualar as condições de assistência médica, estendendo o benefício também para os familiares e assegurar a antecipação salarial. (*Adriana Chaves) (America Economia, 26.08.2011)*

El trabajo esclavo salpica a Zara en San Pablo

La famosa empresa textil española se vio afectada por un escándalo en Brasil, tras conocerse que compró ropas fabricadas por inmigrantes bolivianos y peruanos sometidos a una explotación laboral

El caso fue revelado por la cadena televisiva brasileña Band, cuyos periodistas acompañaron a un equipo de fiscales del ministerio de Trabajo que liberó a 15 personas que cumplían sus tareas en condiciones degradantes en dos talleres clandestinos de San Pablo que fabricaban ropas para la compañía AHA, proveedora de Zara.

Según el informe periodístico, en mayo pasado una operación similar de la **Superintendencia Regional del Trabajo y Empleo (SRTE/SP)** liberó a otros 52 trabajadores -casi todos bolivianos- sometidos a las mismas condiciones en la ciudad de Americana, en el interior del estado de San Pablo.

En todos los casos, los trabajadores en situación degradante fueron reclutados en Bolivia y Perú, con promesas de mejores condiciones de vida en Brasil. Pero al llegar a la capital paulista, eran obligados a cumplir jornadas de hasta 16 horas por salarios inferiores al mínimo vigente en ese país (unos 340 dólares por mes).

Además, sus empleadores les descontaban del salario el costo del viaje a Brasil, la comida y otros gastos, lo que a juicio del Ministerio de Trabajo confirma el delito de esclavitud por deuda

Sin embargo el grupo español Inditex, dueño de Zara, negó cualquier responsabilidad en las irregularidades y señaló que, al contratar talleres que explotaban ilegalmente a trabajadores, AHA "violó seriamente" el Código de Conducta para Fabricantes.

La empresa agregó que tomó medidas para que AHA le pague compensaciones económicas a los empleados explotados. Y también para que se comprometiera a corregir las condiciones de trabajo en los talleres irregulares.

"Estamos trabajando conjuntamente con el MTE (el Ministerio del Trabajo y Empleo de Brasil) con miras a la erradicación total de estas prácticas, que violan no sólo nuestro rígido Código de Conducta sino también la legislación laboral brasileña e internacional", agregó el grupo, que tiene en Brasil a su tercer mercado en el continente americano, detrás de los Estados Unidos y México.

Inditex añadió que tiene en Brasil a 50 suministradores, los cuales produjeron el año pasado siete millones de prendas, y destacó que la producción de los talleres irregulares corresponde sólo a un 0,03% de ese total.

No obstante, las explicaciones no convencieron a los funcionarios del gobierno brasileño, quienes en su informe incluyen a Zara entre los responsables de las irregularidades.

"El nivel de dependencia económica de este suministrador (AHA) en relación con Zara les quedó claro a los fiscales. La empresa (AHA) funciona, en la práctica, como extensión de logística de su cliente principal, Zara Brasil Limitada", afirma el documento.

Por su parte, la fiscal Giuliana Cassiano Orlandi enfatizó que "la empresa es responsable de los que trabajan para ella, porque estos empleados estaban produciendo prendas de Zara y seguían orientaciones de la empresa. Vender ropa es la actividad de la compañía, la razón de su existencia, y por esto, es su deber el conocer cómo están siendo producidas sus vestimentas".
(InfoBae, 18.08.2011)



Trabajo semiesclavo en Colombia

Empresa de Colombia es acusada de trabajo semiesclavo en la producción de atún enlatado. Un atún sabroso hecho con lágrimas y sufrimiento

Pocos consumidores de atún enlatado alrededor del mundo saben que la mayor parte del pescado que consumen es importado de Colombia. En la paradisíaca Cartagena opera una planta de **Seatech International Inc.**, una de las empresas líderes en el mundo del procesamiento y venta de atún enlatado y recientemente objeto de demandas judiciales de parte de ex trabajadores colombianos.

Las denuncias contra la transnacional, cuya marca líder, **Van Camp's**, es exportada a Estados Unidos y a varios países de América Latina - incluyendo a Brasil - y de Europa, van desde la violación de la jornada laboral a la falta de atención en salud para los trabajadores con LER (Lesión por Esfuerzo Repetitivo), una enfermedad que es común en las plantas donde hay repetición intensiva de movimientos.

En su portal web, la transnacional colombiana informa que su planta en Cartagena cuenta con los sistemas de calidad de la norma ISO 9002 y de Análisis de Riesgos y Control de Puntos Críticos (HACCP), para la prevención de problemas de tipo sanitario. Recientemente, obtuvo también el Sello de Calidad ICONTEC para el atún, con base en los requisitos establecidos internacionalmente en el Codex Alimentario.

"De los 1,5 mil trabajadores y trabajadoras que se desempeñan en la planta en Cartagena, solamente 13 tienen un contrato permanente y directo con la empresa. El resto está vinculado por medio de empresas contratistas o tercerizadoras", explicó a Opera Mundi, Fredis Marrugo, presidente de la Ustrial (Unión Sindical de Trabajadores de la Industria Alimenticia).

Según él, hay cientos de obreros que trabajan desde hace muchos años para Seatech en estas condiciones, lo cual violenta la legislación laboral colombiana. "Esa forma de contratación es permitida solamente para atender incrementos de producción o cubrir personal en vacaciones y no se puede extender por más de seis meses. Aquí hay personas que llevan hasta 20 años trabajando en estas condiciones", afirmó Marrugo.

Para defender sus derechos, en agosto del 2010 los trabajadores conformaron la Ustrial. En menos de un mes, la empresa despidió a dos tercios de ellos e implementó medidas intimidatoria para que nadie más se afiliara al sindicato. "Presentamos la denuncia ante las instancias correspondientes y logramos la reincorporación de muchos compañeros. Actualmente tenemos todavía a 79 trabajadores despedidos ilegalmente, pero no importa el hostigamiento, las amenazas y los ataques que estamos sufriendo. Vamos a seguir luchando hasta lograr su reintegro", dijo el dirigente sindical, quien en noviembre de 2010 denunció ante la Fiscalía la agresión física y las amenazas de muerte hechas por miembros del cuerpo de seguridad de la empresa.

Trabajo semi-esclavo y enfermedad

El 17 de mayo 2011, el Ministerio de la Protección Social sancionó a Seatech International Inc por violar la jornada laboral. De acuerdo con la resolución ministerial, la empresa no ha entregado a esta institución "la autorización para laborar horas extras, copia de registro de horas extras, así como la copia del horario de entrada y salida del personal operativo que realiza labores en Seatech".

Para el presidente de la Ustrial, esta resolución demuestra los vejámenes a los que son sometidos diariamente los trabajadores de la planta. "Trabajamos jornadas extenuantes de hasta 14 o 16 horas, casi siempre de pie, con pocos momentos para descansar y, frecuentemente, siquiera nos pagan las horas extras. Es una situación de semi esclavitud que nos ha acarreado muchos problemas de salud", dijo.

El caso de Elvira es emblemático. Ella tiene dos años sin poder trabajar porque los médicos le diagnosticaron tres enfermedades profesionales: tenosinovitis de Quervain, afección del túnel carpiano y cervicobraquialgia. Ella trabajaba limpiando atún por Seatech en Cartagena. Eran movimientos repetitivos constantes por más de 16 horas diarias, con apenas diez minutos de descanso en la mañana y media hora para el almuerzo.

El 29 de junio 2011, el juzgado Decimo Civil Municipal de Cartagena sentó un precedente.

Sentenció a Seatech International Inc y A tiempo Servicios Ltda - una de las dos empresas que contratan a los trabajadores para que le laboren a Seatech - a pagarle a Marilyn Mendoza Martínez todos los salarios y prestaciones sociales dejados de percibir desde su despido. También deberán indemnizarla y reubicarla en un cargo "que ofrezca condiciones iguales o mejores que las del cargo que desempeñaba hasta su desvinculación". Mendoza Martínez había sido despedida por su enfermedad.

A pesar de eso, el 21 de julio pasado Seatech volvió a desafiar a las autoridades y a la legislación nacional, al despedir a Josefina Paternina y Marelvis Leones, integrantes de la junta directiva de la Ustrial, y a otras 14 trabajadoras recientemente reintegradas a sus empleos por orden judicial, después de haber sido ilegalmente despedidas por padecer de LER. "Calificamos esto como un despido masivo y ya lo hemos denunciado ante el vicepresidente de la República, Angelino Garzón, quien se comprometió ante nosotros a defender los derechos sindicales", afirmó Pedro Londoño, secretario general de la organización. (*Giorgio Trucchi*) (*Opera Mundi*)

Empresas Multi/Transnacionales: Acciones de la CSA Y Las FSI

Preparado por Alvaro Coronel, FES y Alvaro Orsatti, CSA

En el I Congreso de CSA, se creó la Secretaría de Política Económica y Desarrollo Sostenible (SPEDS), la cual, entre otras tareas, asumía la de trabajar en relación a las empresas multi/transnacionales.

Para ello contaba ya (desde el último año de existencia de ORIT) con una estructura adecuada a esos fines: el Grupo de Trabajo sobre Empresas Transnacionales (GTTN), co-integrado por las federaciones sindicales internacionales (FSI), y apoyado por el Programa Sindical Regional de la FES, con sede en Uruguay.

Se están cumpliendo cuatro años desde la primera reunión de este Grupo (en septiembre 2007), habiéndose realizado en total ocho reuniones, con el desarrollo de los siguientes temas:

- Conceptos sobre trabajo precario, incluyendo la dimensión internacional
 - Acuerdos marco globales/internacionales
 - Directrices OCDE sobre empresas internacionales
 - Declaración Tripartita de OIT sobre empresas multinacionales.
 - Proyecto de Normas sobre derechos humanos en empresas transnacionales- Naciones Unidas.
 - Cadenas mundiales de suministro.
 - Enfoques sobre Responsabilidad Social Empresaria (RSE)
 - Negociación colectiva comparada Cono Sur-Europa, incluyendo la de dimensión internacional.
 - Consejos de Empresa Europeos.
 - Norma ISO 26000
 - TPP, Tribunal Permanente de los Pueblos sobre Empresas Transnacionales Europeas en ALC,
- A fin del 2011, el Grupo realizará una nueva actividad focalizada en las multi/translatinas.

Algunas de estas actividades fueron realizadas en asociación, siendo el caso de **ACTRAV-OIT, TUAC (Trade Union Advisory Committee)** de la OCDE, y **ULCM** (Universidad Castilla La Mancha, a través del **CELDS**, Centro Europeo Latinoamericano de Diálogo Social)/RDS-LA, Revista de Derecho Social Latinoamérica)

En estos seminarios han participado, contabilizando al menos una presencia:

- las **diez FSI**,
- la **CCSCS**
- el sindicalismo del Cono Sur: **CGT y CTA Argentina, CUT, Forca Sindical y UGT Brasil, CUT y CAT Chile, CUTA Paraguay, PITCNT Uruguay,**
- el sindicalismo andino: **CGTP y CUT Perú, CUT Colombia (incluyendo su Departamento sobre Multinacionales y RSE),**
- otros países: **UNT y CTM México, AFLCIO EEUU, CLC Canadá, CNUS Rep. Dominicana.**
- estructuras técnicas vinculadas al sindicalismo, afiliadas a **REDLAT: IOS Brasil, ENS Colombia, PLADES Perú, CENDA Chile, LASOS Argentina, ICUDU Uruguay.**
- otras estructuras: **DIESESE-Brasil, ITM-Uruguay, Redes-Uruguay, ODS-Argentina.**

FES ha publicado en 2008-9 tres documentos surgidos de estos seminarios, referidos a Acuerdos Marco, RSE y Directrices OCDE. **La web de CSA mantiene una sección en que se reproducen los materiales vinculados a este Grupo.** En 2011, la UCLM ha publicado un estudio del Grupo que busca una convergencia birregional UE-ALC en este trabajo (resultado de un seminario realizado en Toledo, septiembre 2010), y REDLAT, de la que participa CSA, un estudio realizado por el GTTN sobre subcontratación en los acuerdos marco.

La web de CSA mantiene una sección en que se reproducen los materiales vinculados a este Grupo. En 2011 se iniciará una biblioteca virtual en el sitio web de FESUR.

Hasta su muerte, en junio 2011, el Grupo tuvo la asesoría del laboralista uruguayo **Oscar Ermida Uriarte.**

Este programa está coordinado por Alvaro Coronel (FES) y Alvaro Orsatti (CSA)

Manifestaciones en Chile: 250 mil personas en las calles

Manifestaciones reúnen cerca de 250 mil personas en las calles de la capital chilena

Marchas y manifestaciones marcaron el segundo día de Paro Nacional en Chile. Los primeros informes llegados manifiestan que las cuatro marchas realizadas en la mañana de este jueves (25) en la capital chilena reunieron alrededor de 250 mil personas. Representantes de organizaciones estudiantiles, convocaron también la Jornada Continental de Luchas de la Juventud Latinoamericana, para realizarse en marzo de 2012.

Cerca de 250 mil personas estuvieron hoy en las calles de Santiago para caminar en las marchas del segundo día de Paro Nacional. Según informaciones de la Central Unitaria de Trabajadores (CUT), las marchas partieron de cuatro puntos de la capital Chilena: Mapocho, Estación Central, San Diego con Placer y Plaza Italia. Los manifestantes ocuparon las calles, hasta las 13h30 minutos, aproximadamente.

La jornada de 48 horas de movilización nacional reúne a más de 80 Organizaciones sociales, políticas y sindicales del país, por un nuevo Código del Trabajo, cambio del sistema tributario, nueva Constitución Política del Estado y Educación pública gratuita.



Según Camilla Vallejo, presidenta de la Confederación de Estudiantes de Chile (Confech), participan de las manifestaciones estudiantes, trabajadores, sindicalistas, entre otros sectores sociales. "[Las manifestaciones] muestran la diversidad y riqueza de los movimientos que tenemos en Chile", afirma.

La movilización también manifiesta el descontento popular con el gobierno de Sebastián Piñera, presidente chileno. Para la dirigente estudiantil, el gobierno asumió una postura intransigente, sin apertura para el debate. "La discusión [se da] solamente a través de los medios [de comunicación] que el domina", comenta. Para Camila, falta voluntad política por parte del gobierno para cambiar la situación del país. "No hay voluntad, hay intransigencia. No hay voluntad de cambio, nada cambió", señala.

La tarde de hoy (25), la Central Unitaria de los Trabajadores realiza un balance de las actividades. El Paro Nacional de 48 horas concluye la noche de hoy con más cacerolazos. Según Camila, en los próximos días, las organizaciones planificarán más protestas y manifestaciones. "La movilización no termina aquí. Vamos a evaluar y seguir adelante", asegura.

El Paro Nacional chileno se suma a las protestas realizadas desde hace tres meses por estudiantes por una educación pública gratuita y de calidad en el país. Camila Vallejo, presidenta de la Confech, afirma que la demanda principal es para garantizar la educación como un derecho universal. "Queremos un cambio de paradigma, del modelo de la educación, pues la educación aquí en Chile, es vista como un bien de consumo, una mercancía para el lucro", comenta.

Los estudiantes chilenos reciben apoyo de varios sectores nacionales y también de la comunidad internacional. El presidente de la Unión Nacional de los Estudiantes (UNE) de Brasil, Daniel Iliescu, fue a Chile para apoyar las manifestaciones de los estudiantes y trabajadores chilenos y también para convocar la Jornada Continental de Luchas de Juventud Latinoamericana, que será realizada en marzo de 2012.

El apoyo del brasilero será retribuido por Camila, este mismo mes. Según Daniel, el próximo miércoles (31), la representante estudiantil chilena visitará Brasil para participar de la Marcha de los Estudiantes. La manifestación, que será realizada en Brasilia (DF), tiene como objetivo demandar del gobierno brasilero el 10% del Producto Interno Bruto (PIB) y 50% del Fondo Social del Pré-sal para la educación. *(traducción: Ricardo Zúniga) (Karol Assunção) (Adital)*

Acuerdos-Marco Globales bajo análisis en Brasil

20 Agosto 2011

La ICM y uno de sus afiliados en Brasil fueron invitados por la Fundación Friedrich Ebert (FES) y la Universidad Libre de Berlín a la presentación de un informe sobre el estado de la encuesta que conducen en Brasil con el Instituto Observatorio Social (IOS) sobre el impacto de algunos Acuerdos-Marco Internacionales en algunas Federaciones Internacionales con algunas empresas multinacionales que operan en el País suramericano.

La ICM es una de las Federaciones Sindicales Internacionales más activas en firma de AMIs con algunas compañías que actúan en diversos países, con el propósito de asegurar el cumplimiento de las principales normas internacionales en donde estas compañías operan.

Algunas de las principales conclusiones a las que se llegaron en la reunión celebrada el miércoles 17 de agosto en San Pablo son:

- 1- Se espera mayor claridad en el idioma (texto) en los próximos AMIs;
- 2- Los sindicatos locales deben ser involucrados desde el inicio;
- 3- Existe una gran falta de información y capacitación;
- 4- Existen exigencias en común por parte de los sindicatos locales y los gerentes locales;
- 5- La implementación debe hacerse en conjunto;
- 6- Se debe reforzar las Redes sindicales;
- 7- Un papel y asignación particular para las FSI;
- 8- Los AMIs deben ser integrados a las políticas de las relaciones industriales.

Exigimos respeto al fuero sindical en Colombia

Comité de Enlace UNI Colombia realiza denuncia pública ante Thomas Greg & Sons de Colombia por el injusto despido de una dirigente protegida por fueros sindicales

Representantes de las centrales obreras, Central Unitaria de Trabajadores CUT y de la Confederación de Trabajadores de Colombia CTC e integrantes del Comité de Enlace de UNI Colombia realizaron una denuncia pública frente a las instalaciones de la empresa Thomas Greg & Sons para protestar contra el despido de Elizabeth Carrillo Suanca, Fiscal de la Seccional Bogotá de la CUT y Secretaria de Organización de la Junta Directiva Nacional de SINTRAPULCAR (Sindicato de Trabajadores de la Pulpa y Cartón de Colombia), afiliada a la organización sindical SINTRATHOMAS (Sindicato de Trabajadores de Thomas Greg and Sons), y Secretaria del Comité de Enlace de UNI en este país.

Elizabeth se ha destacado, entre otras cosas, por su apoyo al desarrollo de UNI en Colombia a través de su participación en distintas redes y grupos sindicales.

El despido de Elizabeth sienta un precedente muy negativo en el contexto de diálogo social que el actual gobierno pretende llevar adelante.

UNI está dispuesto a denunciar este ataque a la libertad sindical en todos los foros a los que tiene acceso. En los próximos días llegará a Bogotá una delegación de alto nivel de la Organización, encabezada por la Secretaria Regional de UNI Américas, que estará abordando esta y otras violaciones a los derechos sindicales.

UNI demanda a las empresas y al gobierno colombiano el pleno respeto al derecho a la representación sindical.

Colombia: Coca Cola continúa con su política antisindical

SINDICATO NACIONAL DE TRABAJADORES DE LA INDUSTRIA DE LAS BEBIDAS EN COLOMBIA

Por la Junta Directiva Nacional del SINALTRAINBEC

Hoy nuevamente denunciaremos a la multinacional Coca Cola, representada en Colombia a través de su director general José Antonio Gutiérrez por continuar con su política de exterminio de las organizaciones sindicales y la contratación directa a través de los mal llamados arreglos voluntarios, política que ha utilizado en los últimos años acompañada de chantaje, las amenazas y el amedrentamiento a sus trabajadores a través de los cierres de las líneas de producción y hoy en día con las amenazas de la implementación de las mega plantas para la producción de sus productos.

Esta política de exterminio la ha iniciado en las ciudades de Barranquilla y Valledupar donde ha logrado el objetivo y algunos trabajadores se han visto obligados a renunciar a sus puestos de trabajo.

Al igual que esta irregularidad, la empresa Coca Cola hace caso omiso a los mandatos del presidente Santos referente a los compromisos que tiene con el gobierno de los Estados Unidos por acabar con el sistema de contratación por las mal llamadas cooperativas de trabajo asociado y contratar a los trabajadores de manera directa para que no le sean desconocidos sus derechos contemplados en la ley laboral, los convenios internacionales de la OIT y en la Constitución Política Nacional.

Es descarada la empresa en seguir buscándole sesgos a la contratación directa y hoy los trabajadores cooperados al interior de Coca Cola son obligados a seguir laborando a través de otra figura de contratación que también es ilegal denominada S.A.S, so pena de ser despedidos.

Es necesario que los trabajadores tomen conciencia y busquemos a las organizaciones sindicales que se encuentran al interior de esta multinacional y así lograremos conquistar unas mejores condiciones de trabajo en la próxima negociación colectiva, derrotando el pacto colectivo que es el mecanismo que ha utilizado la empresa para reducir los beneficios de los trabajadores directos dentro de ellos el incremento salarial.

El presente material se edita en Rebanadas por gentileza de la secretaría de Conflicto Prensa y Propaganda del SINALTRAINBEC, Subdirectiva Valledupar (*Rebanadas de Realidad, 01.09.2011*)

Prácticas antisindicales en la empresa Rosa (Nestlé)

SINDICATO NACIONAL DE TRABAJADORES DE LA INDUSTRIA DE ALIMENTOS (SINALTRAINAL) -

Estamos denunciando los atropellos de la administración actual en comestibles la Rosa (Nestlé) en Dosquebradas Risaralda; en cabeza de la señora LORENA LEON (jefe de recurso humano) y JULIAN FLOREZ (gerente fábrica), quienes vienen implementando una política represiva bajo el sofisma de reacomodar todo el sistema administrativo y productivo, según el comportamiento del mercado, para lo cual citamos entre otros atropellos los siguientes:

1º No hacen los respectivos nombramientos en distintos cargos vacantes en fábrica, cambian turnos, áreas asignadas y puestos de trabajo, desconociendo lo pactado en convención y en el escalafón; sumándose a esto, que cuando un compañero se accidenta le proponen que sirva de ejemplo para los demás (poniéndolo en ridículo con los todos sus compañeros de fábrica), llegando al extremo de que un compañero accidentado que no quiso hacerlo, fue llevado a descargos y sancionado dos días (mejor dicho al caído caele).

2º Como política de persecución sindical, a los compañeros que fueron contratados este año a término indefinido y que han tomado la decisión de afiliarse a la Organización sindical, han estado expuestos a comentarios malintencionados y represivos por parte de algunos administrativos de la empresa; todo esto por ejercer el libre derecho de asociación sindical. Adicionalmente, el reingreso a la planta de todos los trabajadores después de hacer uso de un permiso sindical, es castigado no garantizándole el regreso a sus puestos, línea de producción y turnos de trabajo.

El nuevo esquema es también interpretar la convención colectiva y así negar entre otros, auxilios educativos y el reconocimiento para tratamientos fuera de la ciudad pactado en dicha convención.

Esto hace que el ambiente laboral sea muy pesado el cual se reflejó en el último resultado de clima organizacional, que fue negativo para la empresa que se ufana según ellos, de ser el mejor lugar para trabajar y que lleva a que los trabajadores se acojan a arreglos voluntarios (que de voluntarios no tienen nada...) porque muchos de estos son presionados por las situaciones que se presentan a diario; el año pasado se acogieron a este tipo de acuerdo cuarenta y ocho compañeros y van cinco en el transcurso del año.

Con toda esta problemática la directiva de la seccional, decidió romper las relaciones obreropatronales con la empresa y parar el trabajo de distintos comités bipartitos desde el pasado 19 de julio, sin que a la fecha y luego de varias reuniones para dirimir el conflicto, este se haya podido lograr. Por tal motivo, estamos invitando a una carpa de denuncia para el día viernes 02 de Septiembre de 8:30 Am a 4:30 PM frente a las instalaciones de fábrica la Rosa en la ciudad de Dosquebradas. (*Rebanadas de Realidad, 31.08.2011*)

Petroleiros exigem um basta à insegurança na Petrobrás

Na última quinta-feira, 25, mais uma vez, os petroleiros se mobilizaram em memória dos companheiros mortos em acidentes de trabalho no Sistema Petrobrás. De norte a sul do país, a categoria exigiu um basta à insegurança crônica que mata e mutila trabalhadores, principalmente os terceirizados. Somente em agosto, foram oito mortes por acidentes de trabalho na empresa. Todas com trabalhadores terceirizados. Desde o início do ano, já chega a 11 o número de vítimas da insegurança na Petrobrás, que já matou 300 petroleiros nos últimos 16 anos, dos quais 243 eram terceirizados.



As mobilizações por segurança na Petrobrás começaram na segunda-feira, 22, com uma greve na Bacia de Campos, onde os trabalhadores de 12 plataformas protestaram contra o trágico acidente aéreo da última sexta-feira, 19, que vitimou quatro trabalhadores. Nesta quinta-feira, 25, o Dia Nacional de Luta indicado pela FUP foi marcado por paralisações, protestos e atrasos na entrada do expediente, na maior parte das bases operacionais e administrativas da empresa. Os petroleiros de São Paulo iniciaram às 5h da manhã de hoje uma parada de produção de 24h na Replan, que seguirá até o fim da madrugada desta sexta. Em Minas Gerais, os trabalhadores da Regap também cortarão a rendição nos grupos de turno por 24h, a partir da meia noite de hoje.

Nos demais estados, os petroleiros realizaram atos e atrasos na entrada do expediente nas refinarias, áreas de E&P, terminais, unidades administrativas, entre outras bases da Petrobrás. Na Reduc, em Duque de Caxias, o Sindipetro distribuiu galhos de arruda para os trabalhadores se protegerem dos riscos diários a que são expostos. Em Pernambuco, um petroleiro protestou com ataduras e esparadrapos no corpo, em frente ao prédio administrativo da Petrobrás, em Recife, colocando em xeque as práticas das gerências de subnotificarem acidentes com afastamento, obrigando os trabalhadores a permanecerem em suas unidades acidentados.

Na Argentina, refinaria da Petrobrás pode ser interditada por falta de segurança

O governo da Província de Buenos Aires intimou a Petrobrás a apresentar até amanhã, 26, um plano de segurança para a refinaria Ricardo Eliçabe, em Bahía Blanca, onde um trabalhador morreu no último dia 10, durante uma explosão que feriu outro petroleiro. Na semana seguinte ao acidente, um outro incêndio assustou os trabalhadores da refinaria, mas foi controlado a tempo e não houve feridos.

"Devido aos reiterados incidentes na refinaria da Petrobras na cidade de Bahía Blanca, a empresa está intimada a cessar as atividades se, em um prazo de 72 horas, não apresentar e colocar em prática um plano que contemple as ações necessárias para garantir as condições de segurança. O plano deve contemplar as medidas necessárias para garantir o bom funcionamento no que diz respeito à infraestrutura e às condições de trabalho do lugar, e deve-se realizar uma avaliação externa para proteger a integridade e a saúde de seus trabalhadores, da comunidade e do meio ambiente", informaram os órgãos ambientais de Buenos Aires, em nota divulgada pelo governo. (*Imprensa da FUP*)

Morte de metalúrgico revela negligência da Embraer

O **Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, filiado à CSP-Conlutas**, considera que houve negligência por parte da Embraer, no acidente que resultou na morte do monitor de montagem elétrica Vinícius Machado Mendes, 29 anos.

O trabalhador morreu nesta quinta-feira, dia 1º, ao ter a cabeça prensada entre duas portas acionadas por sistema elétrico, dentro da fábrica, no hangar de montagem final de aeronaves, no F220. Vinícius trabalhava há oito anos na fábrica, era casado e tinha uma filha de cinco anos.

O acidente aconteceu por volta das 8h45, quando Vinicius acionou um botão para que a porta do hangar do F-220 se abrisse. Ao que tudo indica, simultaneamente, um outro funcionário que estava do lado oposto acionou o botão para que a porta se fechasse. Com isso, a cabeça de Vinícius foi pressionada.

No local, não há qualquer dispositivo de segurança que impedisse o acidente, o que é responsabilidade da empresa. O risco dessa situação já havia sido apontado anteriormente por trabalhadores do setor à Embraer. Acionada pelo Sindicato, a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e a Polícia estiveram hoje no local para apurar as condições em que o acidente ocorreu, mas ainda não há data para divulgação de laudo técnico.

A morte de Vinícius Mendes mostra o descaso da Embraer com a segurança de seus funcionários. Somente este ano, ocorreram pelo menos outros dois acidentes graves. Em um deles, uma trabalhadora teve parte do dedo decepada por uma máquina. Em outro, o trabalhador teve a testa atingida por um equipamento. Três meses após o acidente, o mesmo trabalhador foi demitido.

O Sindicato vai intensificar a mobilização na fábrica para exigir medidas imediatas e permanentes que garantam a saúde e segurança de todos os trabalhadores. A entidade também acompanhará as investigações do caso para que tudo seja apurado e os culpados sejam responsabilizados. *(Assessoria de Imprensa Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos)*



Guatemala: saqueo de recursos sagrados por mina de oro

8 de agosto de 2011: Aura Lolita Chavez del Consejo del Consejo de Pueblos K'iches y Francisco Rocael Mateo Morales de la Asamblea de Huehuetenango, denuncian el saqueo económico y medioambiental que supone la explotación de la mina de oro Marlin, en detrimento de la población indígena y poniendo en peligro la cosmovisión maya. Asista en You Tube: http://www.youtube.com/watch?v=kO3SS4zPoQU&feature=player_embedded



Comitê dos Trabalhadores na Volkswagen se reúne em S.Carlos

Formado por trabalhadores das unidades da montadora no Brasil, o Comitê esteve reunido na última semana, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos, para discutir a participação do Brasil no projeto "A Chance to Play - Chance para o Jogo"

O projeto foi lançado em 2008 na Alemanha, com o objetivo de ajudar crianças e projetos sociais na África do Sul, país sede da copa do mundo de 2010, e que teve como participação praticamente todas as plantas do grupo Volkswagen.

Os dirigentes de São Carlos, Taubaté, ABC e Curitiba, discutiram na reunião estratégias para implementar o projeto no Brasil, em 2014, ano da Copa do Mundo.



De acordo com o vice-presidente do Comitê Mundial dos Trabalhadores na Volks, Valdir Freire Dias (Chalita), projetos sociais como esses dão certo devido o empenho dos trabalhadores.

"Essa é a nossa segunda reunião, a primeira foi realizada em Curitiba. Ainda vamos nos reunir em Taubaté e no ABC para concluirmos toda a programação da implementação desse projeto aqui no nosso país, que com certeza terá um resultado positivo para todos nós que nos preocupamos em ajudar o próximo", disse.

Após a reunião, os dirigentes do Comitê realizaram uma assembléia com os trabalhadores na Volkswagen, ressaltando a importância do "A Chance To Play" e em seguida foram conhecer o trabalho desenvolvido pela ACORDE (Associação de Capacitação, Orientação e Desenvolvimento do Excepcional).

Para o secretário geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos, Claudinei Feitosa, a ACORDE desenvolve um trabalho importantíssimo para a inclusão social. "Já realizamos o projeto Hora para o Futuro que tem como objetivo doar a última hora de trabalho do ano em prol de instituições filantrópicas, neste caso, a ACORDE. A implementação do "A Chance To Play" dará a possibilidade de fazermos muito mais por outras instituições também", explicou. (*Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos*)

Los trabajadores brasileños consiguen aumentos en Renault

El lunes 29 de agosto, los trabajadores del automóvil de Sao Jose de Pinhais (Brazil) votaron a favor de un nuevo acuerdo negociado por el Sindicato de Trabajadores Metalúrgicos de la Gran Curitiba, miembro del afiliado a la FITIM la Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos/Força Sindical.

De conformidad con el nuevo acuerdo, válido de 2011 a 2013, los trabajadores del automóvil de Renault recibirán u aumento salarial real del 20,19 por ciento, además de la indización a la inflación, más 61.500 R\$ como parte de su prima de participación en los beneficios.

El acuerdo se considera el mayor pacto salarial real en la historia de las negociaciones salariales en Brasil. Y sirve de referencia para una nueva forma de negociaciones el año próximo.

Sérgio Butka, presidente de Força Sindical en el Estado de Paraná, comentó: "Cuando hay sentido común se pueden obtener buenos acuerdos que benefician al trabajador, que ve que se valorar su trabajo, y a la compañía, que gana competitividad en el mercado laboral."

"Este acuerdo es una respuesta a quienes critican la lucha de los trabajadores por mejores sueldos, diciendo que ahuyentan a las compañías de nuestro Estado. Gracias a este acuerdo, tan sólo la participación en los beneficios y las primas contribuirán a inyectar 343 millones R\$ en la economía de Paraná. Esto permitirá que la rueda de la economía siga girando, aumentar la producción y estimular la creación de empleo. Los trabajadores metalúrgicos de Paraná muestran el camino, y el país debe seguir contrarrestando los efectos de la crisis mundial", dijo Butka.

La factoría de Paraná Renault emplea directamente a 5.700 trabajadores y tiene capacidad para producir 224.000 automóviles al año. Actualmente, los modelos fabricados en la factoría son New Renault Sandero, Renault Sandero New Stepway, Logan y Grand Tour. La factoría también produce diez millones de piezas de repuesto anuales para los mercados brasileño y argentino. El 41 por ciento de la producción se exporta, con envíos a las factorías de Renault en Argentina (22 por ciento), Colombia (13 por ciento), Rumania and México (4 por ciento). Este año, el fabricante de automóviles celebró el hito de 1 millón de vehículos producidos desde su inauguración en 1998. La compañía ocupa el quinto lugar en la clasificación nacional de fabricantes de automóviles. (*Alex Ivanou*) (*Fitim*, 28.08.2011)

Colombia: Despedidos por la GM hacen huelga de hambre

Delante de la Embajada de los Estados Unidos en Bogotá, (Colombia), seis trabajadores despedidos por la General Motors hacen huelga de hambre desde el pasado día dos. Ellos reivindican una solución ante la injusticia de la cual son víctimas – contrajeron enfermedades ocupacionales en períodos de uno a cinco años de trabajo y luego después, fueron despedidos por la empresa. Quieren que sus enfermedades sean reconocidas como ocupacionales; ser reintegrados en funciones compatibles a su condición de salud, indemnización o pensión por invalidez.

Para facilitar la movilización, los trabajadores se agruparon en la **Asociación de Trabajadores y Ex trabajadores Enfermos de la GMC, (Asotrecol)**, constituida en mayo de este año, ya cuenta con 54 miembros, todos ellos con algún grado de enfermedad ocupacional, 28 de ellos demitidos por su enfermedad.

Entre las enfermedades adquiridas están: problemas en la columna, manos, espaldas, pecho, síndrome de manguito rotador (en los hombros), síndrome de túnel carpial (en las manos), bursitis en los hombros y hernias.

Jorge Alberto Parra, líder de Asotrecol y también en huelga de hambre, tiene 34 años y enfermó con hernia durante los cuatro años en que trabajó en la empresa. Explica que los trabajadores demandan de la Procuraduría y del Oficina de Control Interno del Ministerio de Protección Social, informaciones oficiales sobre las irregularidades que encontraron durante visitas a la GMC y al respectivo ministerio. Los manifestantes denuncian que ya solicitaron estas informaciones, inclusive con peticiones formales, pero no fueron atendidos.

Una de las irregularidades, según Jorge, se refiere al inspector Luis Edgar Alvarado, a quien la oficina de Control Interno del Ministerio acusó de firmas actas delictivas (falsificadas) para despedir a los trabajadores enfermos.

"Este inspector es quien autoriza los despidos de los trabajadores enfermos e inválidos, y está haciendo todo lo posible para prolongar el proceso para declarar el caso cerrado", cuenta. Según Jorge, el Ministerio y la General Motors responden solamente que el caso debe ir a la justicia común, lo que demorará cinco o seis años para ser resuelto. "Mientras tanto, nos morimos de hambre y desesperación, porque estamos inválidos y no podemos (continuar aquí), ni nos dan trabajo en ninguna empresa", lamenta

Además, Asotrecol reivindica acceso al informe de visita realizada el día 15 de abril del presente año a la empresa. En esa oportunidad, fue constatado que la GMC tiene acceso a los expedientes de los trabajadores, y que con esa información en sus manos, demite a los trabajadores, antes que inicien trámite para calificar una enfermedad, como originada en el trabajo.

Una visita técnica de médicos de trabajo es necesaria, en opinión de la asociación, para averiguar las condiciones proclives a enfermarse, que los trabajadores viven en la fábrica.

Jorge agrega que el despido se puede extender a más trabajadores, pues actualmente, habría más de 200 trabajadores enfermos trabajando, corriendo el riesgo de ser cesanteados en cualquier momento.

Para hacer más débil la situación de los trabajadores, la GM usa algunas "artimañas" como las califica la abogada Lilibian Marcela Quemba, responsable del caso de los trabajadores despedidos. En informe sobre el caso, editado por la Agencia de Información Laboral, Lilibian explica que gran parte de los trabajadores son contratados solo por un año, y la empresa no renueva el contrato del trabajador que se enferme.

Por otra parte, la mayoría de los trabajadores no están integrados en el sindicato – algunos reciben dinero de la GMC para desafiliarse. A consecuencia de ello, 1800 trabajadores tienen su relación con la empresa regida por el "Pacto Colectivo", que no reconoce sus derechos. Solamente los 50 trabajadores sindicalizados están protegidos por el Convenio Colectivo.

Para la abogada, está bastante claro que las condiciones de trabajo de la GMC son la causa de las enfermedades. Ella explica que no hay robot para hacer los montajes, estos son realizados con técnicas que hace mucho tiempo son consideradas obsoletas en los Estados Unidos, sede de la transnacional.

A pesar de muchas evidencias, las Entidades Promotoras de Salud (EPS) y las Administradoras de Riesgos Profesionales (ARP) no reconocen la enfermedad o, cuando mucho, la clasifican con sólo 16% de invalidez, lejos del 50% mínimo para dar derecho a recibir la pensión.

"Hay muchas irregularidades que deben ser investigadas, todo lo referente a las EPS, a ARP y las juntas regional y nacional que califican la enfermedad. Hay un evidente factor de riesgo al interior de la empresa, los trabajadores están enfermando de las mismas patologías, pero su situación, está siendo calificado como enfermedad común, o sea, adquirida fuera de su trabajo en la empresa", denuncia. *(Traducción: Ricardo Zúniga) (Camila Queiroz) (Adital, 12.08.2011)*

Paro de transportes en los puertos argentinos

La Federación de Choferes de Camiones ratifica el paro en puertos, en reclamo de precio sostén en tarifa

La Federación de Choferes de Camiones, que lidera Hugo Moyano, ratificó hoy la continuidad del paro por tiempo indeterminado iniciado esta medianoche en los puertos de Bahía Blanca, Necochea, Quequén y Ramallo, en demanda de "la fijación de un precio sostén de la tarifa del transporte de granos", informó el dirigente Omar Pérez.



El sindicalista explicó esta tarde a Télam que la protesta tiende a "nacionalizarse" y sostuvo que entre 90 y 100 mil camioneros están afectados al transporte de cereales en todo el país.

Pérez indicó que es la Federación Empresaria de Transportes Rurales (FETRA), que concentra a pequeñas y medianas empresas (Pymes) que poseen entre cuatro y cinco camiones, la que traslada el grano a los puertos.

"Este rubro, el de la exportación de granos, es sostén de la economía del país y, en 2010, facturó 41.800 millones de dólares. Sin embargo, su bodega de transporte tiene entre 25 y 35 años de antigüedad y presiona sobre la oferta de traslado a partir de su desregulación, es decir, contrata transporte marginal para abaratar el costo de la tarifa", puntualizó el sindicalista.

Indicó que, de esa forma, "la variable de ajuste es el bolsillo del trabajador, que se convierte en un marginal", y explicó que en la actividad "el flete es contratado por los acopios, que se quedan con la rentabilidad de la tarifa que genera el flete".

La cámara exige un piso sostén para esa tarifa a fin de que "no perfore el bolsillo del trabajador", lo que fue avalado por el gremio que, esta medianoche, inició la medida de fuerza.

"Existe una ley de 2004 en Santa Fe que determinó un piso sostén para la tarifa del flete de granos, lo que significó volcar en la carta de porte el valor de ese flete a partir de contemplar el costo laboral. Un valor por debajo de ese piso sostén significa evasión", subrayó el dirigente sindical a Télam.

Pérez añadió que entre 5 y 6 mil millones de pesos anuales en concepto de flete "no se tributan y quedan en el pase de manos".

"La discusión de la cámara es con el sector de acopio, que contrata el flete. Pero el camión finalmente contratado para el transporte recibe tan solo la mitad", ejemplificó el dirigente.

El sindicato envió la solicitud de fijación de un precio sostén de la tarifa al Ejecutivo bonaerense y a la Gerencia de Transporte provincial el 13 de junio último y, ante "la falta de respuestas, inició el paro a la 0 de hoy" en esos cuatro puertos.

"La medida reclamada contribuirá a eliminar la marginalidad entre los trabajadores, a mejorar la recaudación y la seguridad vial, a propender a más inclusión social, a posibilitar que el camionero pueda jubilarse a partir de que no cobre por porcentaje, en negro o como monotributista", puntualizó el dirigente gremial.

Agregó que con un piso sostén de la tarifa "se dignifica al trabajador y a su tarea en el sector de mayor rentabilidad del país"; adelantó que de no consensuarse una solución "el conflicto se nacionalizará, ya que la FETRA es cámara nacional", y sostuvo que desde la medianoche prácticamente "no circulan camiones de transporte de cereales por el territorio provincial".

Indicó que "los exportadores generan unidades de negocios y no se conforman solo con la rentabilidad de la negociación de los granos sino que se quedan con la ganancia del flete a través del acopio".

Pérez -secretario de Política de Transporte del gremio camionero porteño y de Relaciones Internacionales de la Federación- enfatizó que esa tarifa con piso sostén mejorará "las condiciones del trabajador y del parque automotor y se evitarán accidentes".

"Por lo general somos tapa de los diarios a partir de estos accidentes. Pero se requiere profundizar en la causa que los provoca y, esa causa, se remite a un sector que obliga a manejarse en la total marginalidad", concluyó el sindicalista. (Télam) (Rebanadas de Realidad - Télam, 17.08.2011).-

Venezuela: Petroleras cómplices...

Las petroleras multinacionales están conscientes de los problemas ambientales que ocasionan y que las comunidades son cada vez más exigente de sus derechos. Por ello, generalmente realizan esfuerzos para lograr una relación más armónica con su entorno. Algunas realizan importantes inversiones para que sus operaciones sean lo más limpias posibles y que la población alrededor de las actividades se beneficie de programas de responsabilidad social.

Otras se contentan con un mínimo e incluso violan las leyes de los países en desarrollo, si el ente regulador local se los permite.

En Venezuela operan varias petroleras multinacionales que aportan tecnología e invierten dólares, por lo cual deben ser bienvenidas ya que sin su concurrencia no será posible aumentar la producción.

Si bien nos parece positiva la presencia de empresas como Chevron, Total, Statoil y TNK– British Petroleum, hoy debemos reclamarles que no están cumpliendo con nuestra legislación.

Las empresas citadas están asociadas con PDVSA en la producción de petróleo pesado en la Faja Petrolífera del Orinoco. Este petróleo requiere un "mejoramiento" para que pueda ser procesado en algunas refinerías.

Este "mejoramiento" se realiza en el Complejo J. A. Anzoátegui, cerca de Píritu, y el mismo ocasiona la producción de 25 kilos de coque y 3,25 kilos de azufre por cada barril procesado. Ambos productos tienen uso como materia prima, pero el mercado internacional es limitado y se requiere conocimientos para su colocación.

Por falta de mantenimiento, PDVSA permitió que la cinta transportadora hasta los barcos se dañara, por lo que aceleradamente se fueron acumulando grandes montañas de estos productos que, al estar al aire libre, son transportados por el viento ocasionando alergias y afecciones respiratorias a los pobladores de los alrededores. Cómplices de los desaguisados de PDVSA Esto fue denunciado por el diputado Julio Montoya y otros, sin que se haya resuelto el problema. Por su parte, Gente del Petróleo dirigió una comunicación a las empresas extranjeras involucradas acusándolas de ser corresponsables de la violación del artículo 127 de nuestra Constitución y de los artículos 42 y 43 de la Ley Penal del Ambiente.

La posición de estas multinacionales, o al menos la de Chevron, es que "somos socios minoritarios y PDVSA es la operadora". Esta excusa es inadmisibles, ya que todo socio es responsable de las actividades de la empresa de la cual es accionista y debe exigir las rectificaciones del caso a PDVSA. Caso contrario se convierte en cómplice. Tenemos que exigir que todas las empresas cumplan con la ley, sobre todo cuando su violación afecta la salud de los venezolanos. También exigimos que el Ministerio del Ambiente y el de Energía y Petróleo nos informen de cómo van a disponer del coque y el azufre ante los aumentos de producción que supuestamente desean acometer en la Faja. Apoyamos la presencia de las multinacionales pero les exigimos que no sean cómplices de los desaguisados de PDVSA. (*eddiearamirez@hotmail.com*) (*entornointeligente.com*)

Asesinan a sacerdote colombiano que se oponía a explotación minera

El párroco Reinel Restrepo, un duro crítico de la posibilidad de que multinacionales explotaran minas de oro en ese país, fue atacado por hombres armados.

Un sacerdote del municipio colombiano de Marmato, quien se oponía a la explotación minera en la zona fue asesinado por desconocidos, confirmaron este viernes las autoridades.

El párroco de esta localidad del céntrico departamento de Caldas, Reinel Restrepo, fue atacado por hombres armados en una vía que comunica los municipios de Mistrató y Belén de Umbría, en la vecina jurisdicción de Risaralda.

"No sé la relación que tenía el padre con esos municipios, él tenía con nosotros dos años, hemos tenido excelente relación con él y la comunidad está consternada", señaló el alcalde de Marmato, Uriel Ortíz.

El sacerdote era una de las personas que se oponía a que multinacionales explotaran minas de oro en la región, con las que se busca la reubicación de algunos poblados de la localidad. (*DPA, 02.09.2011*)

Explosión de mina de carbón de México

En la madrugada del día 26 de agosto, murieron cuatro mineros en una explosión en una mina de carbón en el complejo minero de Altos Hornos de México (AHMSA), filial del Grupo Acerero del Norte, conglomerado siderúrgico y de transporte. La explosión se produjo en la mina "La Esmeralda", o N° 5 del AHMSA, en la municipalidad de San Juan de Sabinas.

Seis otros mineros lograron escapar de la explosión, que se produjo durante el turno de la noche del 25 de agosto, y a causa de la cual se tumbó el techo dentro de la mina, sepultando a los mineros que estaban trabajando con las máquinas. En el momento de la explosión, trabajaban 132 mineros en la mina N° 5. Los cuerpos sin vida de las 4 víctimas de esta explosión fueron rescatados a última hora del día 26 de agosto.

Los mineros son: Miguel Hernández Martínez, 33; Mario Alberto Flores Martínez, 38; Ángel González Pineda, 32; y Jesús Tobías Hernández, de 36 años.



La ICEM y su afiliada del sector metalúrgico, el Sindicato Nacional de Trabajadores Mineros, Metalúrgicos y Similares de la República Mexicana (SNTMMSRM), o Los Mineros, censuraron al sindicato amarillo establecido en La Esmeralda por guardar silencio ante la tragedia minera, del mismo modo como lo hiciera el 27 de marzo de 2011, en la ocasión de otra tragedia en una mina del AHMSA donde murieron dos trabajadores y quedaron tres lesionados. Dicho siniestro se produjo en la mina Monclava N° 7 del AHMSA, también en el estado de Coahuila.

Los Mineros culparon a la empresa y a la irresponsabilidad, avaricia y arrogancia del AHMSA al ocasionar estos fallecimientos, al comparar este hecho con la negligencia del Grupo México en la explosión de 2006 en la mina de Pasta de Conchos, donde murieron 65 mineros.

El AHMSA es la mayor empresa con integración vertical productora de acero de México, y en términos de magnitud es la tercera empresa de todos los sectores del país, y es una empresa que intenta proveer su propia materia prima en lo que se refiere a carbón y mineral de hierro. Hasta 1992 la compañía era del estado, y también se ha convertido en empresa importante en el transporte transfronterizo y en la exportación de tubos y cañerías, productos con laminado de acero, acero al carbono, y otros productos hechos de hierro y acero. Recientemente, con la construcción, como parte del proyecto Fénix, del sexto horno de fundición de AHMSA, ha aumentado la capacidad anual de producción de acero de la empresa, alcanzando más de cinco millones de toneladas anuales.

La mina La Esmeralda comenzó la producción en 1999.

Hasta la fecha, han muerto más de dos docenas de mineros este año en el estado de Coahuila, entre éstos 14 que fallecieron después de una explosión ocurrida el 3 de mayo en una mina ilegal de carbón.

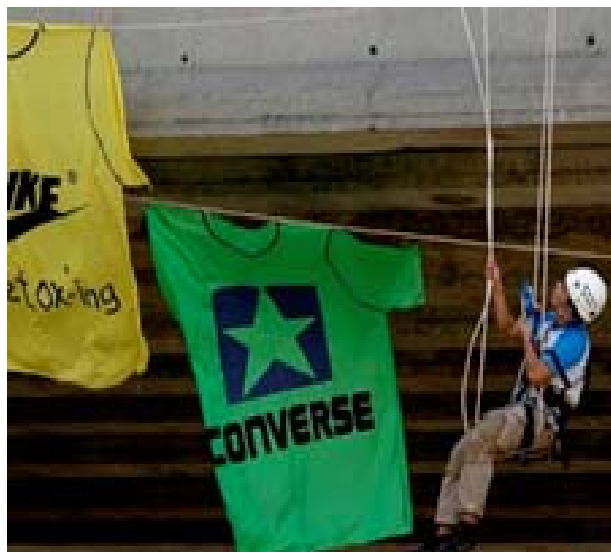
Se puede ver en <http://www.icem.org/es/78-ICEM-InBrief/4413-México:-mueren-14-mineros-en-explosión> el informe de la ICEM, publicado en mayo de 2011, sobre ese siniestro.

Greenpeace halla sustancias tóxicas en ropas de marcas

En tejidos de Nike, Converse, Adidas o H&M. Se trata de nonilfenol etoxilato, prohibido en la UE y que afecta al sistema reproductivo incluso en cantidades muy pequeñas.

Un estudio de la organización Greenpeace presentado este martes en Pekín halló sustancias tóxicas capaces de producir desarreglos hormonales en ropas de marcas multinacionales vendidas en todo el mundo, un mes después de denunciar la presencia de estas sustancias en vertidos de factorías textiles chinas.

Según informó la organización ecologista en un comunicado, la investigación, continuación de la campaña de Greenpeace contra los malos usos en la fabricación textil, halló, en dos tercios de los 78 productos estudiados, recogidos en tiendas de 18 países, nonilfenol etoxilato (NPE), sustancia prohibida en la Unión Europea y con fuertes restricciones en China.



Los productos con NPE hallados fueron fabricados y comercializados por catorce marcas líderes en el sector, entre ellas Adidas, Li Ning, H&M y Abercrombie & Fitch, destacó Greenpeace.

El estudio corrobora los resultados de una investigación anterior presentada en julio, donde se encontraron restos de nonilfenol y PFC (otra sustancia prohibida en la UE) en aguas residuales junto a dos factorías chinas que suplen a muchas multinacionales del textil.

Las 14 marcas en las que se detectó NPE sobre el límite de detección son Abercrombie & Fitch, Adidas, Calvin Klein, Converse, G-Star RAW, H&M, Kappa, Lacoste, Li Ning, Nike, Puma, Ralph Lauren, Uniqlo y Youngor.

Uso de químicos peligrosos

También demuestra, según la organización medioambiental, que "el uso y vertido de químicos peligrosos es un problema muy extendido y omnipresente".

"Ya no es sólo un problema para los países en desarrollo donde la ropa es fabricada. Dado que se liberan niveles residuales de NPE cuando es lavada, el problema se ha extendido a los países donde su uso está prohibido", subrayó Li Yifang, jefe de campaña de Greenpeace China.

De acuerdo con Li, los NPE "alteran el desarrollo sexual y afectan al sistema reproductivo", por lo que, incluso en bajas concentraciones, "representan una gran amenaza para el medio ambiente y la salud humana".

Las marcas para las que se encontró vínculos con proveedores en China que vertían sustancias tóxicas eran Abercrombie & Fitch, Adidas, Bauer Hockey, Calvin Klein, Converse, Cortefiel, H&M, Lacoste, Li Ning, Meters/bonwe, Nike, Phillips-Van Heusen Corporation (PVH Corp), Puma y Youngor.

Greenpeace lleva a cabo este verano una campaña mundial contra el uso de materiales tóxicos por parte de las grandes multinacionales del textil, con actos que incluyeron un 'striptease' mundial en 14 países del planeta.

En aquella ocasión, voluntarios de la organización que vestían ropas de marca se desnudaban en céntricos lugares de varias ciudades, incluidas Madrid y Pekín, donde se produjeron algunos encontronazos entre guardias de seguridad de las tiendas de marca y los periodistas que acudieron a cubrir el evento. (*La Gaceta*, 23.08.2011)

Argentina pide explicaciones por en Repsol-YPF

El gobierno argentino pidió este viernes una reunión de urgencia del directorio de la petrolera local YPF, temeroso de que un reciente cambio en el accionariado de su controlante española, Repsol-YPF, pueda afectar planes de inversiones en el país.

Argentina, que ha visto caer sostenidamente su producción de crudo y gas natural en los últimos años, necesita con urgencia aumentar las estancadas inversiones en el sector energético para alimentar a una economía que crece fuertemente.

Buenos Aires. El gobierno argentino pidió este viernes una reunión de urgencia del directorio de la petrolera local YPF, temeroso de que un reciente cambio en el accionariado de su controlante española, Repsol-YPF, pueda afectar planes de inversiones en el país.

Dos de los principales accionistas de Repsol-YPF, la constructora española Sacyr y la petrolera estatal mexicana Pemex, anunciaron este lunes que unirán fuerzas para aumentar su influencia sobre la gestión de la firma.

Repsol-YPF controla más del 58% de YPF, la mayor petrolera argentina, pero el Gobierno atesora una acción de oro por considerar que es una empresa estratégica y tiene un representante en el directorio.

El gobierno pidió la reunión "para que las autoridades de Repsol SA, de Sacyr Vallehermoso y de Pemex informen (...) si dicha modificación accionaria generaría algún tipo de impacto o variación en los planes de inversión y/o producción o algún otro tipo de cambio en YPF", dijo el Ministerio de Planificación en un comunicado.

Argentina, que ha visto caer sostenidamente su producción de crudo y gas natural en los últimos años, necesita con urgencia aumentar las estancadas inversiones en el sector energético para alimentar a una economía que crece fuertemente.

Sacyr es el mayor accionista en Repsol-YPF con un 20 por ciento, y la petrolera mexicana Pemex, que poseía un 4,78%, concretó este viernes la compra de un 4,62% adicional.

Ambas compañías han criticado al presidente ejecutivo de Repsol-YPF, Antonio Brufau, por la gestión de la empresa y su política de recortar dividendos. Sacyr debió endeudarse fuertemente para construir su participación en Repsol-YPF.

Un portavoz de YPF dijo que la reunión de directorio podría realizarse en no menos de 10 días.

Pemex adelantó que busca que el directorio de la petrolera española separe los roles de presidente y director general, en un movimiento que limitaría el poder de Brufau, de buena relación con el Gobierno argentino. El argentino Grupo Petersen posee un 25,4% de YPF.

Telecom Italia no hará más adquisiciones en Latinoamérica

Ante la consulta de si estaba interesado en seguir haciendo adquisiciones en Brasil, el presidente ejecutivo de la firma, Marco Patuano, dijo que "por el momento en Brasil estamos bien así".

Santiago. Telecom Italia no tiene en sus planes más compras ni en Brasil ni en ningún otro país de Latinoamérica.

Ante la consulta de si estaba interesado en seguir haciendo adquisiciones en Brasil, el presidente ejecutivo de la firma, Marco Patuano, dijo que "por el momento en Brasil estamos bien así".

Respecto del proceso de expansión de la empresa en América Latina, Patuano dijo que, "en este momento no estamos evaluando una mayor diversificación geográfica".

Las multinacionales canadienses saquean el oro mexicano

Empresas extranjeras, la mayoría originarias de Canadá, han extraído de México más oro en este sexenio que lo adquirido por el Banco de México este año para reforzar las reservas internacionales. La actividad ha dejado ganancias millonarias por la elevada cotización del metal, mientras que, por la explotación de minas, las firmas sólo pagan entre 5 y 111 pesos por hectárea.

La producción acumulada del oro en México fue de 220.6 toneladas entre los años 2006 y 2010, más del doble del que adquirió el banco central, de acuerdo con reportes de la Secretaría de Economía (SE), del Instituto Nacional de Estadística y Geografía (Inegi) y de la Cámara Minera Mexicana (Camimex).

Con concesiones para operar minas ubicadas en Chiapas, Oaxaca, Zacatecas, Sonora, Baja California Sur y Chihuahua, las firmas han aprovechado el alza internacional del metal para multiplicar sus inversiones en México, a cambio de cumplir únicamente con un pago de derechos de entre 5 y 111 pesos por hectárea por la explotación minero-metalúrgica.

La mayoría del oro no se queda en el país: en cuatro años las exportaciones del metal extraído en México se dispararon 451 por ciento. Al inicio del gobierno de Felipe Calderón las ventas de oro al exterior fueron por mil 43 millones 466 mil dólares, mientras el año pasado rebasaron 5 mil 753 millones 299 mil dólares.

El alza es más atribuible a la cotización internacional del oro que a un aumento en la producción nacional, ya que ésta subió 121 por ciento en el periodo mencionado, al pasar de 35.8 toneladas en 2006 a 79.4 toneladas el año pasado.

Según la Camimex, la industria minera nacional atraviesa un buen ciclo, determinada por los buenos precios internacionales, pero teme que por lo mismo que exista la tentación cortoplacista de establecer gravámenes al sector, según su reciente reporte anual.

En cuanto a la producción, también ha habido una tendencia a la alza en todo el sexenio, aunque no en las dimensiones de las exportaciones: en 2006 México produjo 35.9 toneladas de oro, subió a 39.4 en 2007, trepó a 50.6 en 2008, cerró en 51.4 en 2009 y el año pasado llegó a 79.4 toneladas. Por eso, el oro ocupa ya el primer lugar en la producción minera del país, con 21 por ciento del total, seguido de la plata, con 19 por ciento, y el cobre, con 14 por ciento.

Los reportes de la SE indican que las principales empresas productoras del oro registraron un incremento en su volumen de producción, estimuladas principalmente por las altas cotizaciones del mineral. Con una aportación de sólo 3.92 por ciento en la producción mundial de oro, México ocupa el décimo lugar entre los principales productores del planeta. Por su valor, el oro desplazó en años recientes al cobre, la plata, e incluso al hierro de los primeros lugares de exportación entre los productos minero-metalúrgicos del país.

Cuando arrancó el sexenio, el oro representaba únicamente el 12.9 por ciento del total de las exportaciones mineras no petroleras, por debajo de cobre, plata y hierro, pero el año pasado concentró 37.2 por ciento del total y en 2009 llegó a 39.5 por ciento. La plata, que por mucho tiempo fue el principal metal de exportación de México y que lo coloca como el primer productor mundial, sólo aportó 16.9 por ciento de todas las exportaciones mineras, y el cobre únicamente, 13.1 por ciento, coinciden cifras del Inegi y de la SE.

Empresas que, en su mayoría, son extranjeras y entre las que dominan las provenientes de Canadá conforman 14 de los 19 proyectos más importantes que la Secretaría de Economía destaca por su tamaño, monto de inversión, producción calculada y empleos generados. Comenzaron operaciones entre 2008 y 2010 se dedican a la extracción de oro (desde mil hasta 400 mil onzas por año), unas de manera exclusiva otros combinado con otros metales.

La lista la encabeza la compañía canadiense Goldcorp Inc, que desde el año pasado opera la publicitada mina Peñasquito, en Zacatecas, y que con una inversión anunciada de mil 700 millones de dólares prevé obtener una producción anual de 400 mil onzas de oro (11.3 toneladas), que a la cotización de ayer equivaldrían a 660 millones 560 mil dólares o 388 veces más respecto de su inversión original.

Otras empresas que arrancaron proyectos en 2010 son Fresnillo PLC New Mont Mining Corporation Minera Pnemont en la mina Soledad -Dipolos en Sonora, Gold Resource Corporation/ Hochschild Minning Plc Minera Golden Trum en El Águila, de Oaxaca, o Silver Crest Mines la mina Santa Elena de Sonora cuyos cálculos de producción junto con la de Goldcorp se ubican en conjunto en 158 toneladas de oro por año, lo cual duplica el récord de producción alcanzado en 2010. (*La Jornada*, 05.08.2011)

Brasil: Privatização de elétricas em estudo

Governo discute privatização de federalizadas

A possibilidade de privatização de alguns ativos do setor elétrico começa a se tornar uma opção viável e a ser estudada dentro do governo federal. O alto escalão já considera essa a melhor alternativa para as distribuidoras federalizadas que atuam em seis Estados do Norte e Nordeste do país, que estão hoje sob o guarda-chuva da Eletrobras. Mesmo petistas de carteirinha, em cargos estratégicos no setor elétrico, já aceitam a ideia e inclusive a defendem.

O Valor esteve com seis fontes importantes na Eletrobras, na Agência Nacional de Energia Elétrica e no Ministério de Minas e Energia. Todos dizem a mesma coisa: "sim, a privatização é possível". Esse, admitem, seria o caminho para melhorar a qualidade do serviço prestado pelas distribuidoras Amazonas Energia, Boa Vista Energia, Eletroacre, Ceron (Rondônia), Cepisa (Piauí) e Ceal (Alagoas).

A pecha da "privatização" é o maior obstáculo - por ser político - a ser superado e por isso ainda nenhum estudo formal foi solicitado. Mas se no governo de Luiz Inácio Lula da Silva qualquer discussão sobre o assunto era terminantemente proibida, desde que a presidente Dilma Rousseff apoiou e determinou o programa de concessão dos aeroportos a postura entre os colaboradores da presidente no setor elétrico mudou. A ideia circula por várias instâncias e conversas com executivos de importantes fundos de pensão já foram travadas

Diversas soluções estão sendo vislumbradas para se fugir dessa questão política. Entre elas, uma das preferidas é a de tratar a privatização como uma "parceria público e privada", ou seja, vender o controle mas deixar a Eletrobras como sócia - a exemplo do modelo dos aeroportos em que a estatal Infraero será sócia dos investidores privados.

A ideia circula por várias instâncias e até conversas informais com executivos de importantes fundos de pensão já foram travadas para se saber o interesse nesse tipo de negócio. Os fundos se interessam, mas o modelo de negócios a ser definido seria fundamental, pois eventualmente envolveria a abertura de capital dessas empresas. Fora dos fundos de pensão, há também interesse. Comprar empresas como a Cepisa, que atua no Piauí, sempre foi um desejo declarado, por exemplo, da Equatorial Energia, que hoje é dona da Cemar (Maranhão), vizinha à Cepisa, e que ainda não conseguiu expandir sua atuação no setor elétrico.

Se a decisão for levada adiante e, principalmente, aceita politicamente, a expectativa do setor privado é de que a privatização comece a ser aceita também dentro de governos estaduais que têm hoje distribuidoras de energia com sérias dificuldades econômico-financeiras ou problemas com qualidade do serviço. Entre os exemplos estão a CEB, que enfrenta os problemas de anos sem investimentos que culminaram com queda na qualidade dos serviços.

A Celg, que atua em Goiás, também enfrenta problemas e busca um sócio para capitalizar a empresa que está altamente endividada, mas tem sido difícil conseguir sócios sem entregar o controle. A empresa de distribuição de Goiás precisa apresentar um plano de recuperação para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e evitar um processo de caducidade da concessão, em que o Estado poderia perder o direito de operar a companhia. As eleições em Goiás, entretanto, foram marcadas pelas promessas de não se privatizar ativos.

Ampliar imagem

O fim das concessões a partir de 2015 também pode ser usado como caminho para se buscar uma alternativa à privatização. Em entrevista publicada na semana passada pelo Valor, o diretor da Aneel, Julião Coelho, propôs que o governo permita a possibilidade de prorrogação desde que a agência tenha a prerrogativa de analisar, com base em critérios objetivos de qualidade e capacidade financeira, aqueles que podem permanecer com a concessão. Com isso, as empresas em dificuldades poderiam ter seus controladores alterados em novos processos de licitação e os atuais donos receberiam indenização pelos investimentos que realizaram e não foram amortizados.

Toda essa discussão em torno de privatização começou a se fazer necessária depois que a administração da Eletrobras começou a perceber que seus esforços para melhorar a qualidade de suas distribuidoras não surtiram efeitos. São seis as concessionárias que há anos sangram o caixa da empresa. Desde 2008, só em conversão de dívidas em capital, as distribuidoras já consumiram cerca de R\$ 5 bilhões da estatal, sem contar volume parecido que foi investido ao longo dos últimos dez anos. Mesmo assim, os prejuízos têm sido constantes e os índices de qualidade e perdas não estão a contento. A mais problemática é a Amazonas Energia, que tem sob seu atendimento toda a indústria da Zona Franca de Manaus.

Apesar das injeções de capital em anos anteriores nas distribuidoras, os balanços publicados em 2011 pela Eletrobras apresentaram um dado preocupante. Até o primeiro trimestre, o passivo de curto prazo estava a descoberto em R\$ 750 milhões. Situação que levou os auditores privados da empresa a descreverem, pela primeira vez em suas notas de balanço, que há dúvidas sobre a continuidade operacional dessas companhias. O então diretor presidente das distribuidoras, Pedro Hosken, quando esse passivo se apresentou pela primeira vez, afirmou que, sendo essas empresas públicas, só no longo prazo seria possível resolver o problema. Mas a Eletrobras já administra a situação dessas companhias há mais de dez anos. (Por Josette Goulart) (Valor Econômico , 22.08.2011)

Uruguay y Argentina compiten por los mercados

El grado de competencia que ofrece un país respecto de otro es medido en función de la similitud de la estructura exportadora que ambos ofrecen, según señala un estudio elaborado por Uruguay XXI y divulgado este lunes.

De la mano de la intensificación en la producción y comercialización de determinados productos comunes entre los principales rubros de exportación, la oferta de ambos países cada vez se asemejó más en los últimos 10 años.

La oferta de bienes exportables de Uruguay durante la última década se fue asimilando a la argentina, lo que convirtió al país vecino en el principal competidor para el país en los mercados internacionales.

Al igual que lo sucedido en los principales competidores de Uruguay, las ventas externas del país se diversificaron en cuanto a destinos y se concentraron respecto al tipo de bienes durante los últimos años.

El grado de competencia que ofrece un país respecto de otro es medido en función de la similitud de la estructura exportadora que ambos ofrecen, según señala un estudio elaborado por Uruguay XXI y divulgado este lunes.

El 57,2% de la oferta exportable local de 2010 se asemejó a lo que ofertó Argentina fuera de su mercado ese año, según un indicador que ajusta las colocaciones de ambos países de acuerdo a sus respectivos tamaños comerciales, indica el documento.

En 2001, las colocaciones del país vecino exhibían 46,2% de similitud con las ventas externas uruguayas, y Australia se mostraba como el principal rival de las exportaciones locales.

De la mano de la intensificación en la producción y comercialización de determinados productos comunes entre los principales rubros de exportación, la oferta de ambos países cada vez se asemejó más en los últimos 10 años.

Holanda. Detrás de Argentina, Holanda es el segundo mayor competidor del país a nivel internacional, según señala el mencionado estudio. Las exportaciones del país europeo muestran una similitud de 39,4% respecto a los bienes que exportó Uruguay el año pasado.

Por su parte, países de base agropecuaria y clima similar al uruguayo, como Nueva Zelanda y Australia, se situaron en tercer y cuarto lugar, con 39,1% y 38,4% de similitud de ventas externas, respectivamente.

Siguen en la lista por orden de importancia, Brasil y Bélgica, que el año pasado evidenciaron 36,9% y 35% de similitud en su estructura comercial. Frente a estos países se notó una paulatina asimilación de Uruguay a la estructura de exportación de esos mercados en los últimos años.

En cambio, en el caso de las colocaciones de España fuera de fronteras, la semejanza ascendió a 32,6% en 2010, luego de un proceso de distanciamiento entre las ofertas de ambas economías emprendido en los últimos años, lo que indica una pérdida paulatina de la rivalidad comercial.

Tendencia. Entre 2001 y 2010, las ventas uruguayas incrementaron sus destinos y éstos perdieron peso relativo en la matriz comercial del país, señala Uruguay XXI.

Las principales naciones competidoras, con alguna excepción, experimentaron la misma tendencia en el período considerado. En el marco de un notable crecimiento de las exportaciones, los mayores 10 compradores de Uruguay pasaron de concentrar 72% de las ventas en 2001 a 67% el año pasado.

El Mercosur, primer mercado regional del país, redujo 10 puntos porcentuales su participación en las colocaciones uruguayas al situarse en 30% el año pasado. Con relación a los mayores competidores del país en mercados internacionales, Uruguay se sitúa a mitad de tabla por el grado de concentración de sus ventas por destino y acompaña la tendencia diversificadora de sus rivales, a excepción de Australia.

Productos. En relación a los bienes, se notó una concentración de los productos exportados, en especial por el fuerte peso ganado por la producción agrícola, con la soja como principal estandarte.

Esa tendencia fue exhibida también por los países competidores de Uruguay durante los últimos 10 años. Entre ellos se vuelve a destacar el caso de las ventas australianas –las más concentradas por producto–, además de las brasileñas.

Por efectos de los fuertes aumentos en el precio de la soja y el hierro, esos bienes ganaron peso en la canasta de exportaciones.

En tanto, las ventas en el exterior de Argentina y Nueva Zelanda –países que también exhiben una importante base primaria de su producción– mostraron una concentración por productos, sentido opuesto al tomado por los competidores europeos de Uruguay. (OBSERVA.COM, 30.08.2011)

Chávez pide acelerar expropiación de Smurfit Kappa

"A Smurfit tenemos nosotros que sacar hasta el último metro cuadrado (...) Vamos a actuar más rápido al respecto, es una orden que estoy impartiendo por aquí", dijo en diálogo telefónico con el ministro de Agricultura y Tierras, Juan Carlos Loyo, sobre la decisión que pretende favorecer la producción agrícola nacional.

Una iniciativa del gobierno del 2005 permite la expropiación de terrenos improductivos, lo que podría afectar a 12.000 hectáreas de Smurfit Kappa.

Caracas. El presidente venezolano pidió este miércoles acelerar la toma de tierras de la unidad local de la cartonera irlandesa Smurfit Kappa, en un nuevo capítulo de las nacionalizaciones en el país petrolero.

En marzo del 2009, Venezuela expropió una finca de 1.500 hectáreas de Smurfit y acusó a la firma de dañar el medioambiente. "A Smurfit tenemos nosotros que sacar hasta el último metro cuadrado (...) Vamos a actuar más rápido al respecto, es una orden que estoy impartiendo por aquí", dijo en diálogo telefónico con el ministro de Agricultura y Tierras Juan Carlos Loyo.

Chávez, que recibe la tercera sesión de quimioterapia para combatir un cáncer que padece, explicó que la firma "ha secado los acuíferos, ha secado los manantiales, ha secado las quebradas"

Loyo aseguró que Smurfit posee en Venezuela unas 12.000 hectáreas, distribuidas en dos estados al occidente del país. Smurfit, que opera desde 1954 en el país, se dedica a la fabricación y venta de papel, cartulinas, cartón y empaques.

En el 2005, Chávez empezó a implementar una ley que permite al Estado tomar latifundios o tierras improductivas. Desde entonces, el gobierno ha expropiado unos tres millones de hectáreas para intentar impulsar la producción agrícola y combatir la pobreza rural.

La oposición acusa a Chávez de crear un monopolio estatal por la ola de nacionalizaciones, con la que tomó el control total del sector petrolero y eléctrico, además de las mayores firmas de telecomunicaciones, cemento y siderurgia.

Fabricantes químicos, de aço e alumínio levam preocupações a Brasília

As indústrias químicas engrossaram a fila de empresários, ao lado dos segmentos siderúrgico e de alumínio, que já procuraram o governo federal para pedir um pacote de medidas de apoio ao setor. "Não queremos simplesmente medidas de proteção à importação", disse ao Valor Fernando Figueiredo, presidente da Abiquim.

O setor químico e petroquímico é um dos que mais apresentam déficit na balança comercial. No início deste mês, o governo anunciou o Plano Brasil Maior, de incentivo à política industrial, como desonerações tributárias, financiamento à inovação, aplicação de recursos em setores de alta e média-alta tecnologia, além do fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas inovadoras. "Consideramos as medidas positivas, mas nosso setor precisa de medidas mais específicas", afirmou Figueiredo.

Em relação à inovação, Figueiredo defende que as indústrias se aliem para formar uma Embrapa do setor químico. A Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) é referência no mercado internacional como companhia de fomento a pesquisas. Essa iniciativa ainda é incipiente, mas deve ser levada adiante pelo setor.

Os dirigentes da Abiquim estiveram com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) no fim de julho e acordaram em criar um grupo de competitividade da área química, apontando todos os gargalos do setor, a ser levado ao governo em breve.

A indústria do alumínio, depois de mais de um ano de encontros, acertou com o governo a formação de um grupo de estudo, envolvendo vários ministérios, para em 90 dias definir pontos que amplie a competitividade dessa indústria no país. O custo elevado da energia é considerado o maior entrave a investimentos.

Na indústria do aço, além da carga tributária elevada do país, os representantes apontam o aumento da importação direta e indireta de aço (levando à desindustrialização), a guerra fiscal entre os Estados e o câmbio. Um encontro com a presidente Dilma estava sendo agendado para este mês. (*Valor Econômico*, 30.08.2011)

Colombia: Red destaca desventajas en TLC con Canadá

El 15 de agosto de este año, entró en vigencia el Tratado de Libre Comercio entre Colombia y Canadá. El hecho, celebrado por el gobierno del presidente colombiano Juan Manuel Santos, es blanco de críticas contundentes por parte de la Red Colombiana de Acción Frente al Libre Comercio (Recalca), que divulgó un comunicado hoy (31) sobre el asunto.

Falta de oferta exportable y condiciones infraestructurales para exportación, impacto insignificante del acuerdo en el Producto Interno Bruto (PIB) colombiano, proteccionismo por parte del Estado canadiense y disminución de las inversiones en el mercado interno –cuando varios países siguen esa tendencia, después de la crisis mundial de 2008–, son los principales puntos abordados por la red, que considera el acuerdo como "otro paso en falso y en la dirección equivocada".

De acuerdo con el comunicado, la principal amenaza del tratado es el hecho de que significa una "puerta de entrada" para acuerdos con países como Estados Unidos y miembros de la Unión Europea. La posibilidad es celebrada por el gobierno, que además del acuerdo con Canadá, mantiene otro con Suiza desde mayo.

El impacto del acuerdo con Canadá será muy bajo en el PIB colombiano: sólo el 0,06%, y el 0,21 en las exportaciones. Recalca alerta también que se mantendrá una lógica comercial injusta, pues el país desarrollado importa productos básicos, a bajos precios, y exporta máquinas y tecnología de punta para el país subdesarrollado.

Además de salir perdiendo en esta cuenta desigual, Colombia no tiene una buena "oferta exportable", según el comunicado. Esto sucede porque Canadá queda lejos y hay países más cercanos que ofrecen los mismos productos colombianos a menores precios. Otro obstáculo es el proteccionismo del Estado canadiense. El azúcar, producto relevante en la economía colombiana, sólo tendrá acceso libre a Canadá dentro de 17 años. Sin embargo, el trigo producido en Canadá podrá ser vendido a los colombianos inmediatamente.

Los pocos productos básicos y no esenciales que podrán ser exportados de Colombia tendrán que atender a rígidas medidas de control sanitario y fitosanitarios, de rotulación y otras, lo que dificulta todavía más su comercialización.

En la evaluación de Recalca, el error de Colombia consiste en dar las espaldas a los mercados latinoamericanos y en no invertir en el propio mercado interno. Mientras se exportan productos como aceites, cacao, cigarrillos y frutas, "se castiga al mercado interno y en lugar de fomentar la producción que beneficiaría a miles de colombianas y colombianos, se piensa en satisfacer gustos marginales y exóticos de los consumidores canadienses", se señala.

Entre las ventajas ofrecidas a Canadá, se encuentran facilidades en inversiones en servicios financieros, telecomunicaciones y minería. La red denuncia que estas inversiones constituyen el 13,5% del total de las inversiones extranjeras en Colombia, pero no se traducen en desarrollo para el país, sólo en más explotación de mano de obra barata.

"Por el contrario, constituyen negocios jugosos para los grandes capitales radicados en Canadá, que lo convierten en una especie de paraíso fiscal para las multinacionales mineras de todo el orbe", resalta.

El comunicado señala además que, en un país donde el 60% de la población está debajo de la línea de pobreza, hay tres millones de desempleados y cuatro millones de desplazados. Los anexos del acuerdo referentes a derechos humanos y medio ambiente sólo esconden "la realidad del tremendo negocio que se ofrece a los canadienses". (Traducción: [Daniel Barrantes – barrantes.daniel@gmail.com](mailto:Daniel.Barrantes@gmail.com)) ((Camila Queiroz) (Adital, 31.08.2011)

Guatemala: Integración al DR-CAFTA

Confederación de Unidad Sindical de Guatemala (CUSG)

Pronunciamiento del MSICG respecto a solicitud de integración de panel arbitral en el mecanismo de quejas del DR-CAFTA - Por el Consejo Político

La Confederación de Unidad Sindical de Guatemala CUSG. Central General de Trabajadores de Guatemala CGTG, Movimiento de Trabajadores Campesinos de San Marcos MTC y La Unión Sindical de Trabajadores de Guatemala UNSITRAGUA, Ante la Opinión Pública Nacional e Internacional hacen saber:

1. Que la clase trabajadora guatemalteca históricamente ha sido sometida a pésimas condiciones de trabajo, de parte de los sectores económicos tradicionales, los ahora capitales emergentes y las diferentes instancias gubernamentales, sometida a la lógica de privatización de los servicios del Estado; generándonos grandes desigualdades económicas, sociales, políticas y culturales, lo cual se demuestra en los estudios que organismos internacionales han realizado y en los que constan los terribles niveles de pobreza, extrema pobreza, miseria, falta de vivienda, educación, salud pública, y la desnutrición crónica que afecta a mas del 50% de la niñez Guatemalteca.

2. Otro aspecto es la total IMPUNIDAD y CORRUPCION galopante en todos los niveles, Instituciones de gobierno y sector privado, facilitando el no pago de impuesto y evasión fiscal, la IMPUNIDAD y CORRUPCION también se genera por el alza incontrolable de los precios de la canasta básica de alimentos y la Canasta Básica vital, lo cual contrasta con los bajos salarios, el no pago del salario mínimo a miles de trabajadores y la utilización de contratos de trabajo bajo el renglón 0-29 y otros de tipo civil que desnaturalizan la relación laboral, como un fraude para no cumplir con las leyes laborales y otras obligaciones patronales.

3. A eso se agrega el total irrespeto al derecho de LIBERTAD SINDICAL y de NEGOCIACIÓN COLECTIVA establecido en el Artículo 102, Inciso q) de la Constitución Política de la Republica de Guatemala y los Convenios 87 y 98 de la Organización Internacional del Trabajo OIT. Derechos que son violentados por los empresarios en plena y abierta complicidad por las Autoridades de Trabajo, tanto Administrativas como Judiciales. Todo lo anterior se demostró en la II Conferencia Internacional Contra la Impunidad en Guatemala, realizada el 21 y 22 de julio del presente año.

4. Estas y otra serie de situaciones graves que enfrenta la clase trabajadora guatemalteca obligo a las organizaciones sindicales autónomas a mantener desde hace mas de 15 años una constante denuncia y presentación de quejas ante los Órganos de Control de la OIT y otras instancias nacionales e internacionales sobre la sistemática violación de los Derechos Humanos y laborales; con el acompañamiento y solidaridad de organizaciones sindicales hermanas de carácter internacional, dentro de ellas la AFL/CIO de los Estados Unidos.

5. Guatemala asumió los compromisos contenidos en el capítulo 16 del Tratado de Libre Comercio DR-CAFTA, de garantizar el respeto a los derechos laborales fundamentales, y ante el incumplimiento de sus obligaciones de proteger a los trabajadores y trabajadoras como lo establece el capítulo 16, en el año 2008, las organizaciones sindicales guatemaltecas con el apoyo y solidaridad de la AFL-CIO entablaron una demanda contra el Ministerio de Trabajo y Previsión Social de Guatemala por el incumplimiento de la protección de los derechos laborales fundamentales y por no prevenir la violencia en contra de los sindicalistas.

6. El resultado de esa violación sistemática de los derechos humanos y laborales, pero fundamentalmente el de LIBRE SINDICALIZACIÓN Y DE NEGOCIACIÓN COLECTIVA, nos ha llevado a mantener toda una lucha tenaz del sindicalismo guatemalteco e internacional para que en Guatemala se cumpla y apliquen las leyes nacionales e internacionales en materia laboral, con la finalidad que la clase trabajadora tengamos acceso a condiciones de TRABAJO DECENTE Y UNA VIDA DIGNA.

7. Por lo anteriormente expuesto, dejamos clara constancia de nuestra satisfacción por la decisión asumida por el gobierno de los Estados Unidos, en mantener la firme determinación en sancionar al Estado de Guatemala por no aplicar y hacer cumplir las Leyes Laborales Nacionales y los convenios Internacionales en materia laboral ya que no queda otra alternativa. Consideramos que el Gobierno de Guatemala debe trasladar esa sanción a los empresarios de la iniciativa privada y a los funcionarios públicos responsables de las violaciones a los derechos laborales, quienes con sus actitudes provocan la situación que hoy enfrenta Guatemala, además se debe resarcir a los trabajadores y trabajadoras que hemos sido víctimas de violaciones a nuestros derechos humanos y laborales.

Nuestro reconocimiento, valoración y agradecimiento a los compañeros y compañeras de la AFL-CIO por todo su empeño, apoyo y solidaridad con la lucha de la clase trabajadora guatemalteca para que se haga justicia y se ponga en práctica el pleno cumplimiento de los derechos humanos y laborales en Guatemala. (*Rebanadas de Realidad* , 12.08.2011)

UNI Américas y la creación del CSEF de UNASUR

Declaración de UNI Américas frente a la creación del Consejo Sudamericano de Economía y Finanzas de UNASUR

Declaración de UNI Américas frente a la creación del Consejo Sudamericano de Economía y Finanzas de UNASUR

UNI Américas saluda la decisión de los países miembros de la UNASUR de constituir el Consejo Suramericano de Economía y Finanzas (CSEF), con el fin de preservar el empleo y la estabilidad macroeconómica frente a la acción de los capitales especulativos globales, en el marco de la crisis económica europea y estadounidense.

UNI Américas apoya las decisiones del Consejo Suramericano de Economía y Finanzas orientadas a la conformación de una nueva arquitectura financiera regional, apoyada en la integración sudamericana y en base a los principios de complementariedad y atenuación de las asimetrías. En particular apoya las medidas orientadas a ampliar el Fondo Latinoamericano de Reservas (FLAR) con el fin de conformar un fondo regional anticíclico, la incorporación de nuevos países al Sistema Unitario de Compensación Regional de Pagos (SUCRE), la decisión de reevaluar el Convenio de Pagos y Créditos de la ALADI, el fortalecimiento de la Corporación Andina de Fomento (CAF), la recuperación de las misiones originales del Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y la aceleración de la instalación del Banco del Sur.

UNI Américas considera que las medidas tomadas por la UNASUR, integrada por gobiernos de diversos signos políticos, expresa una estrategia de comportamiento frente a las crisis económicas que pone al trabajo en el centro y se propone como objetivo central preservar los niveles de bienestar social alcanzados por nuestra población. Inclusión social y distribución de la riqueza son aspectos claves de la estrategia que persigue UNI Américas con el fin de impedir efectos como los 70 millones de personas sin trabajo que deparó en el mundo la crisis de 2008-2009, remarcando que sean cuales sean los efectos de la turbulencias económicas globales en las Américas, no sean los trabajadores y las trabajadoras quienes "paguen la factura".

Para fortalecer aún más la estrategia contra la crisis diseñada por la UNASUR, UNI Américas demanda incorporar institucionalmente a las organizaciones sindicales como actores en las instancias político-económicas que se están diseñando, para garantizar la presencia activa de la voz del trabajo en la política económica regional.

Comité Directivo Regional y Presidentes de Sectores UNI AMERICAS

Inauguración de la Oficina Regional de UNI Américas



Al mediodía de hoy se concretó la inauguración de las nuevas instalaciones de la Oficina Regional de UNI Américas en Montevideo.

El evento contó con la participación de miembros del gobierno uruguayo y de la ciudad, entre los que destacan el **Ministro de Trabajo Eduardo Brenta** y la Intendente de Montevideo Ana Olivera, a quienes luego se sumó el **Ministro de Trabajo de la República Argentina, Carlos Tomada**.

Participaron también numerosos representantes de las organizaciones sindicales internacionales establecidas en Uruguay, dirigentes de distintas organizaciones sindicales hermanas de UNI Global Union o que colaboran con UNI Global Union en múltiples campañas. Y también decenas de compañeros y compañeras miembros del Consejo Directivo Regional y Presidentes de Sectores de UNI Américas, quienes durante los días 23 y 24 de Agosto participan de las reuniones.

Durante la ceremonia hicieron uso de la palabra el Presidente y la Secretaria Regional de UNI Américas, Rubén Cortina y Adriana Rosenzvaig respectivamente, la Vicesecretaria General de UNI Global Union, la compañera Christy Hoffman, y las personalidades gubernamentales mencionadas anteriormente. Junto con el encuentro de compañeros y compañeras de muchos países, las charlas amistosas y la fraternización que caracteriza al movimiento sindical internacional, el evento incluyó un "corte de cinta" que fue acompañado con los tamboriles y el candombe que los afrodescendientes han impregnado en la música popular uruguaya. Coronando así una exitosa jornada para UNI y todos sus sectores en la región de las Américas.

El deterioro de la influencia política y económica de EE.UU.

por Ana Baron Analisis Clarín, 02.08.2011

Después de semanas de irracionalidad y politiquería del más bajo nivel, el frágil acuerdo que sellaron republicanos y demócratas el domingo no logrará revertir el deterioro de la influencia política y económica de EE.UU. a nivel internacional. Incluso en el caso de que fuese aprobado en ambas Cámaras por una amplia mayoría, algo poco probable, el acuerdo no fue lo suficientemente profundo y genuino como para poner fin a la percepción de que Estados Unidos tiene cada vez más problema de gobernabilidad. El compromiso prevé nuevas rondas de negociaciones para reducir el déficit fiscal que, en plena campaña electoral presidencial, aumentará aún más la polarización política y aumentará, también, el riesgo de un nuevo bloqueo político.

Lo que más ha sorprendido durante esta crisis es la falta de liderazgo, no sólo por parte del presidente Barack Obama -a quien acusan de haber sido demasiado flojo durante las negociaciones--, sino también por parte de los líderes de ambos partidos. En efecto, el presidente de la Cámara de Diputados, John Boehner, tuvo grandes dificultades en sus intentos por disciplinar a los fanáticos diputados del Tea Party, mientras que el líder de la mayoría demócrata en el Senado, Harry Reid, presentó un plan para evitar el default que fue rechazado hasta por miembros de su propio partido. ¿Con problemas de liderazgo a nivel doméstico cómo hará Washington para seguir liderando a nivel internacional? La confianza que había antes en el sistema político estadounidense ha menguado. La directora gerente del FMI, Christine Lagarde, lo dejó en claro cuando dijo, muy diplomáticamente, que la crisis de la deuda "está disminuyendo la inclinación positiva que siempre hubo hacia Estados Unidos, hacia los bonos del Tesoro".

Los pronósticos sobre la decadencia de Estados Unidos no son nuevos. No hay más que recordar lo que ocurrió durante la Guerra de Vietnam. Pero nunca antes, EE.UU. se había autocolocado al borde del default. Esta actitud suicida dejó al mundo boquiabierto. "Es necesario comprender que este no es un default como los que tuvieron lugar en nuestros países", explicó a Clarín Liliana Rojas Suárez, la ex jefa de economistas para América Latina del Deutsche Bank y actual miembro del prestigioso Centro para el Desarrollo Global. "EE.UU. tiene los recursos, no tiene problemas de financiamiento. Esto es un default autoinfligido", agregó.

La irracionalidad que prevaleció en las negociaciones para evitar el default reforzó la posición de países como Brasil y China que vienen presionando para que el dólar deje de ser la moneda de reserva internacional y sea reemplazado por una canasta de monedas. China que es el país que tiene más bonos del Tesoro del mundo, ha comenzado a diversificar sus reservas desde hace ya meses. Pero eso no es todo. EE.UU. comienza ahora un período de gran ajuste fiscal que acelerará su retirada de la escena internacional. El propio Obama habló de la necesidad de poner énfasis en "el nation building" a nivel doméstico.

Es decir, después de dos guerras y una de las crisis financieras más graves desde la Gran Depresión, Obama considera que es necesario dejar de reconstruir países en el extranjero para poder poner todo el énfasis en la reconstrucción de EE.UU. Esto explica, en parte, por qué el Pentágono aceleró el retiro de Afganistán y por qué la Casa Blanca dejó en manos de la OTAN las operaciones en Libia. (Clarín, 02.08.2011)



O **Multi Noticias** é um boletim eletrônico patrocinado pela **FES Sindical Regional** que tem como objetivo fornecer mais elementos de subsídio às organizações sindicais, principalmente as que estão nos países do Cone Sul, sobre as principais atividades e políticas das empresas multinacionais - globais e multilatinas- assim como do movimento sindical.